

Para entender o ofício do historiador

João Oliveira Ramos Neto¹

RESUMO

Este texto tem vários objetivos, todos eles didáticos. O primeiro, sobretudo, é orientar os alunos egressos do Ensino Médio sobre a profissão do historiador. Tem-se, assim, o objetivo de fazer aqueles alunos que simpatizam com essa disciplina decidirem se querem mesmo seguir essa carreira. Para isso, em primeiro lugar, é preciso entender a função social da História. Em segundo lugar, a formação acadêmica que qualifica e habilita o profissional a exercer a sua função. Por fim, o mercado de trabalho em que ele irá atuar e de onde irá tirar seu sustento. As informações aqui contidas também serão úteis tanto na introdução de um curso de História como em outros cursos ou especialização de humanas, como Sociologia, Filosofia, Antropologia, Teologia e Ciências das Religiões para que os alunos dessas respectivas formações possam conhecer melhor a respeito da área próxima e, assim, aprimorar o trabalho interdisciplinar.

Palavras-chave: História, Historiador, Magistério, Educação, Ensino de História.

Understanding the craft of the historian

ABSTRACT

This text has several goals, all of them teaching. The first, above all, is to guide graduating high school students about the profession of historian. It is, therefore, in order to make those students who are sympathetic to this discipline decide whether to even follow this career. For this, first, we must understand the social function of history. Second, the academic training that qualifies and enables the professional to exercise its function. Finally, the labor market in which it will work and which will take away their livelihood. The information contained herein will also be useful both in the introduction of a course of history as in other courses or specialization of human, such as Sociology, Philosophy, Anthropology, Theology and Religious Sciences for students of these respective backgrounds can get to know about the area next and thus improve interdisciplinary work.

Keywords: History, Historian, Teaching, Education, History Education.

Autor para correspondência: João Oliveira Ramos Neto

Rodovia Geraldo Silva Nascimento, s/n, Zona Rural, Urutaí, GO, Brasil

E-mail: joaooliveiramosneto@gmail.com

Recebido em: 28 mai. 2015

Aceito em: 01 jun. 2015

Editor responsável: Prof. Me. Fábio Julio Fernandes,

¹Instituto Federal Goiano – Câmpus Urutaí, GO, Brasil.

INTRODUÇÃO

Este texto tem vários objetivos, todos eles didáticos. O primeiro, sobretudo, é orientar os alunos egressos do Ensino Médio sobre a profissão do historiador. Tem-se, assim, o objetivo de fazer aqueles alunos que simpatizam com essa disciplina decidirem se querem mesmo seguir essa carreira. Para isso, em primeiro lugar, é preciso entender a função social da História. Em segundo lugar, a formação acadêmica que qualifica e habilita o profissional a exercer a sua função. Por fim, o mercado de trabalho em que ele irá atuar e de onde irá tirar seu sustento. As informações aqui contidas também serão úteis tanto na introdução de um curso de História como em outros cursos ou especialização de humanas, como Sociologia, Filosofia, Antropologia, Teologia e Ciências das Religiões para que os alunos dessas respectivas formações possam conhecer melhor a respeito da área próxima e, assim, aprimorar o trabalho interdisciplinar.

A FUNÇÃO SOCIAL DA HISTÓRIA

Talvez você já se perguntou ou viu alguém questionar a utilidade de se estudar História. Como este texto é uma introdução e não objetivamos esgotar nenhum assunto aqui apresentado, tentaremos explicar basicamente (sem a pretensão de esgotar o assunto) o lugar da História na sociedade. De antemão é preciso parar para pensar no surgimento de tal questionamento. A função social de um historiador não é tão clara para a sociedade como a de um médico ou de um engenheiro e, por isso, muitas vezes também acaba sendo injustamente desmerecida. Por que isso acontece? Isso ocorre, entre outros motivos, porque vivemos uma época em que há predominância do pragmatismo, em que se busca utilidade e resultados imediatos. A História não atende à demanda do pragmatismo já que o resultado do seu trabalho, justamente por ser intelectual, é em longo prazo, e não imediato. Dessa forma, a História é, antes de tudo, um exercício intelectual que permite às pessoas refletirem sobre suas ações no mundo, principalmente quando em sociedade.

Ao estudarmos os fatos do passado temos embasamento para entender como se formou a sociedade e o nosso cotidiano atual tendo, inclusive, parâmetros para comparação, o que irá proporcionar uma melhoria enquanto diminui a possibilidade de cometer novos erros. Ao se estudar o Nazismo, por exemplo, é possível entender como foi possível um líder convencer um país inteiro a fazer um extermínio sistemático de uma etnia para que isso não venha acontecer novamente. A nossa tendência é acreditarmos que a estrutura onde

estamos inseridos é natural e sempre existiu. Somente o estudo da História nos capacita a compreender que grande parte do que pensamos ser a única possibilidade possível nada mais é que uma escolha e algo que foi construído ao longo do tempo. Pensamos, por exemplo, que as famílias sempre viveram em casas divididas em cômodos e que as famílias se sentam à mesa para fazer refeições diárias, principalmente o almoço, quando, na verdade, isso é bem recente, e data do final da Idade Média. Antes da modernidade, por exemplo, as casas não eram divididas em cômodos e uma pessoa daquela época que vivesse em nossos dias ficaria muito assustada com as diferenças que ela notaria. Assim, a principal função social de um historiador é lembrar a sociedade daquilo que ela não pode esquecer.

Individualmente, por outro lado, é a História quem forma no estudante as noções críticas de cidadania. Durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985) os currículos escolares tinham as disciplinas de Organização Social e Política do Brasil e Estudos Sociais. Essas disciplinas visavam a formação do bom cidadão, isto é, aquele que não questionava, mas era apto a obedecer ao Estado e seus dirigentes. No entanto, a História forma o cidadão crítico, que é capaz de saber seu lugar na sociedade, seus direitos e deveres, sempre capaz de indagar sobre o porquê de tudo que está em sua volta. Por que, por exemplo, elegemos deputados federais e senadores? Por que temos que sustentá-los por meio dos nossos impostos? Se não concordamos, qual o caminho para se alterar essa realidade? Não é possível entender nada disso se não conhecermos a trajetória que criou essa realidade. É preciso saber, por exemplo, que ao contrário do restante da América Latina, o Brasil permaneceu Monarquia após a sua independência. Daí o fato dos brasileiros saberem cobrar mais do chefe do executivo que dos demais políticos que compõem a liderança nacional. Se não tivermos essas informações, tornamo-nos alienados e facilmente manipulados. A História nos fornece ferramentas para refletirmos sobre as informações que recebemos diariamente ao invés de consumilas como verdades absolutas que muitas vezes não são.

A FORMAÇÃO

Quando uma pessoa decide se tornar um historiador profissional, sua primeira atitude é matricular-se em um curso de graduação em História de uma instituição de ensino superior. Chegando lá, essa pessoa vai perceber que o curso está distribuído em disciplinas que se subdividem em três grupos básicos. O primeiro grupo faz referência à *interdisciplinaridade*, isto é, o diálogo

da História com outras disciplinas, e geralmente predomina na grade do primeiro ano. Nele, o aluno estudará matérias próximas à História, como Antropologia, Sociologia, Filosofia, Economia, Língua Portuguesa, Teologia e Geografia. Isso irá

variar de acordo com a instituição em que o aluno fizer sua matrícula. A matéria de Teologia, por exemplo, é comum nas grades curriculares dos cursos das pontifícias universidades católicas.

Quadro 1: Matriz curricular de um curso de bacharel em História

Interdisciplinaridade	Conteúdo	Forma
Antropologia	Antiga	Epistemologia das Ciências Humanas
Sociologia	Medieval	Introdução à História
Geografia	Moderna	Metodologia Científica
Filosofia	Contemporânea	Metodologia da História
Teologia	América	Teoria da História
Língua Portuguesa	África	Seminários de Pesquisa
Economia	Brasil	Trabalho de Conclusão de Curso

O segundo grupo faz referência ao *conteúdo* do saber histórico. Isto é, o aluno aprenderá o que já foi pesquisado pelos historiadores anteriores. Geralmente essas matérias são divididas por áreas geográficas do planeta a partir de uma visão extremamente eurocêntrica, ainda que isso, paulatinamente, esteja em mudança, principalmente com a amplitude cada vez maior dos cursos de história da África. Dessa forma, o aluno fará disciplinas de História Antiga (leia-se povos antigos predominantemente do Oriente Médio e Europa Ocidental), História Medieval (leia-se o período entre o século V e o século XVI da história da Europa), História Moderna (leia-se o período entre o século XVI e XVIII da história da Europa), História Contemporânea (leia-se o período entre o século XVIII até a atualidade da história da Europa), História da América (as três Américas, desde os primeiros vestígios humanos até a atualidade), História da África (todos os povos de um enorme continente, dentro de um recorte temporal que vai do surgimento dos primeiros indícios dos homens até hoje, muitas vezes numa mesma carga horária que Idade Moderna, que estuda um espaço bem menor num período de 3 séculos) e História do Brasil, que se divide em Colônia, Império e República. Com raríssimas exceções, sobre o Oriente e a Oceania, o aluno não estudará absolutamente nada.

Por fim, chegamos ao terceiro grupo, das disciplinas de *forma*. Nelas, o aluno aprenderá como se faz uma pesquisa histórica. Ele terá, entre outras, aulas de introdução aos estudos históricos, metodologia científica, metodologia da História e teoria da História. Nesses cursos, encontrará palavras um tanto quanto estranhas, como epistemologia, heurística, dialética, etc. Ficará então sabendo que ele deverá fazer um trabalho de conclusão de curso, muitas vezes chamado de

monografia, para o qual haverá uma carga horária específica, com matérias (geralmente com nome de Seminário de Pesquisa) ou eventos (como, por exemplo, Semana de Monografia) onde ele apresentará e debaterá seu trabalho com o trabalho dos colegas e receberá críticas dos seus professores.

Se ele optar pela licenciatura para habilitar-se a ser professor, terá também as disciplinas de educação, que não apareceram no quadro anterior. Essas disciplinas contemplarão didática, fundamentos da educação, legislação e estágio. Com o tempo, o aluno perceberá que, para se profissionalizar, ele terá também que seguir adiante em seus estudos, aprofundando sua pesquisa, ingressando em um curso de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), e perceberá que esses cursos são oferecidos em programas que levam o nome de História Cultural, História Social, História Comparada, etc. Sobre isso voltaremos no terceiro ponto, sobre o mercado de trabalho.

Como dissemos, o aluno então aprenderá que ele deverá fazer um dispendioso trabalho (monografia ou TCC) para ser aprovado no final do curso. Esse trabalho poderá ser feito em pelo menos três categorias: Ele poderá, entre outras possibilidades, fazer uma *discussão teórica*, uma *revisão bibliográfica* ou uma *pesquisa histórica*, além de trabalhar sobre *o ensino de História*. No primeiro caso, ele poderá discutir um conceito, uma categoria ou uma noção (explicaremos isso adiante) em um ou mais autores, ou debater sobre Filosofia da História, a verdade na História, etc. No segundo caso, a revisão bibliográfica, é um enorme leque de possibilidades. Ele pode, por exemplo, criar uma classificação de autores e discutir como eles trabalham determinados temas. Por exemplo, analisar as obras que jornalistas brasileiros da década de 1990 escreveram sobre a ditadura militar. Obviamente que ele terá que justificar a

classificação que ele tiver feito. Poderá também fazer um trabalho analisando todas as obras escritas por um determinado autor. Ou, então, ele fará uma pesquisa histórica, se possível, inédita. Essas pesquisas são, muitas vezes, chamadas de “pesquisas de arquivo”. A leitura deste artigo será melhor aproveitada se lida mais de uma vez, pois informações que aparecerão no final ajudarão a compreender afirmações do início. E, ainda sobre a monografia, ou TCC¹, independentemente de qual desses três pontos ele escolheu, ele terá que fazer um projeto de pesquisa, que conterà uma introdução, uma discussão bibliográfica, fontes, uma problematização, uma justificativa, objetivos, hipóteses, quadro teórico-metodológico, considerações finais e referências bibliográficas. É o projeto que orienta sua pesquisa monográfica.

Se esse aluno for fazer uma pesquisa histórica, ele precisará recortar um tema (geralmente será um tópico estudado dentro de uma das disciplinas de conteúdo) e seu objeto de estudo. Por exemplo, ele poderá fazer uma pesquisa sobre heresia medieval, ou seja, um ponto dentro da disciplina de Idade Média. Este será seu tema. Então, ele poderá recortar uma determinada heresia, ou um herético, ou um conflito, etc. Esse recorte será seu objeto de pesquisa. Então, ele fará um recorte espaço-temporal. Ou seja, ele explicará para seu leitor onde está localizado geograficamente seu objeto e qual o período de tempo que ele quer trabalhar. Por exemplo, sua heresia pode estar localizada no sul da França no período entre os anos 1120 a 1210.

Definido isso, o aluno procurará seu orientador, que lhe indicará uma lista de livros de autores renomados que já trabalharam esse assunto. O primeiro passo de uma pesquisa histórica é saber o “estado da arte”, isto é, o que já foi pesquisado sobre o assunto antes de você começar a trabalhar aquele tema! O orientador do aluno provavelmente passará para ele livros de autores clássicos, respeitados pelos pares, e livros atuais, para que o aluno fique bem atualizado sobre os debates entre os pesquisadores daquele determinado tema. O aluno deverá ler esses livros e fichá-los. Isso porque, na introdução (tanto do projeto como da monografia) o aluno deverá partir do geral para o particular (ou seja, se ele for trabalhar heresia medieval, ele começará definindo

Idade Média, Cristandade e Igreja e Heresia em geral antes de apresentar a heresia específica que ele pretende estudar) e demonstrar que ele conhece a bibliografia sobre o assunto (fará um debate citando as principais ideias defendidas pelo máximo possível de autores sobre a sua heresia em especial). Essa bibliografia pode ser chamada também de fonte secundária.

Depois, ele levantará as fontes primárias, também chamadas de documentos históricos. Isto é, ele levantará tudo que foi produzido dentro do período temporal que ele vai estudar. Selecionados esses documentos (ele terá, é claro, que criar critérios para a seleção dessas fontes, já que é sempre impossível trabalhar com todas ao mesmo tempo) o pesquisador analisará esse material, fazendo-lhe, sobretudo, perguntas. Essas perguntas levantarão problemas, os quais ele tentará responder (seu objetivo será resolver esse problema e as possibilidades de respostas serão suas hipóteses). O aluno então deverá dominar metodologia científica para desenvolver sua pesquisa conforme colocado no projeto caminhando para sua conclusão e consequente apresentação para uma banca de examinadores.

Pois bem, a metodologia científica lhe orientará em como ele escreverá sua pesquisa. Ele precisa saber fazer uma citação, definir um conceito, usar imagens para ilustrar, mapas para situar o leitor, etc. A metodologia da História lhe orientará como ele irá trabalhar com a documentação escolhida e, principalmente, como ele irá questionar seu documento para dele extrair as informações. A teoria da História proporcionará debates que lhe orientarão, principalmente sobre os pressupostos que nortearão sua pesquisa. Por oferecer essa estrutura que essas disciplinas são chamadas de disciplinas de forma. E por causa dessa estrutura é que o seu trabalho de historiador se torna objetivo, e pode ser classificado como um trabalho científico.

Ou seja, é justamente por estar amparado por essa estrutura que o pesquisador pode dizer que sua pesquisa é ciência. Ele precisará de todo esse cabedal de conhecimento para não cair no chamado senso comum, que é meramente uma opinião subjetiva que, uma vez que o caminho para a respectiva afirmação não é demonstrado, é impossível comprová-la ou refutá-la. Daí que o

¹ Qual a diferença entre um TCC e uma monografia? O TCC, Trabalho de Conclusão de Curso, é o termo geral e amplo sobre o trabalho final que um aluno de graduação precisa fazer para demonstrar que aprendeu a dominar os conhecimentos que obteve ao longo do curso. Há várias modalidades de TCC. Um TCC pode ser, por exemplo, a produção de um artigo científico. Nos cursos de História, o tipo de TCC mais

comum é a monografia. A monografia é um estudo sobre um objeto específico. Ele deve ser mais profundo que uma apresentação introdutória e produzido por um único autor.

debate é possível e necessário na academia (conhecendo o caminho é possível discordar com embasamento) e não chega a nenhuma conclusão no cotidiano (um debate numa mesa de bar simplesmente causa inimizade entre as pessoas, que ficam exaltadas). Também é por causa disso que um historiador profissional não entra em discussões transcendentais. Se a explicação pressupor algo sobrenatural, nunca será possível demonstrá-la com objetividade. Cairá, novamente, no debate sem fim, baseado no chamado “achismo”.

Ao longo da vida acadêmica existem várias ocasiões para se debater uma pesquisa. Isso ocorre por diversos motivos. Um deles é que nós, humanos, não somos máquinas sem sentimentos. Por isso, quando escolhemos uma pesquisa é porque, de alguma forma, temos uma paixão por aquele assunto, e isso é natural. Essa paixão despertará sentimentos. Nem sempre necessariamente positivo. Uma pessoa que perdeu os pais durante a ditadura militar poderá ser motivada a estudar o tema por mágoa ou ódio. De qualquer forma, seja positivo ou negativo, o sentimento que temos pelo nosso objeto nos levará, cabalmente, a algumas vezes falharmos na busca da objetividade, por mais que nos policiemos. Por isso, aliás, que não podemos acreditar na ilusão da neutralidade. Se tivermos essa ilusão seremos tendenciosos sem sabê-lo. É melhor ter consciência da nossa tendência para tentar minimizá-la. Por isso, quando concluímos uma pesquisa, uma banca a examina, pois um olhar externo é capaz de criticamente encontrar falhas que nossa leitura deixa passar despercebida.

Além da banca final, enquanto desenvolve uma pesquisa, é interessante que o historiador encontre com seus pares para ouvir críticas e sugestões. Para isso existem diversos eventos, denominados de simpósios, onde os participantes se dividem em grupos de trabalho temáticos para debaterem seus objetos de estudo. A proximidade dos temas dos pesquisadores enriquece a contribuição mútua. Quando um historiador já se qualificou e não se submete mais a uma banca, como seria o caso de um pós-doutor, ele apresenta sua pesquisa concluída em um congresso, onde outros colegas farão o mesmo, e todos enriquecem-se mutuamente com o debate das pesquisas. Assim, enquanto a principal função de um simpósio é aprimorar pesquisas em andamento, a de um congresso é compartilhar pesquisas prontas para que os pares se atualizem na profissão. É comum, porém, que um mesmo evento propicie oportunidade para ambos, em que os iniciantes debatem em simpósios temáticos enquanto os

veteranos apresentam suas pesquisas em conferências.

Entendido isso, podemos agora afirmar e explicar que a metodologia da História, no âmbito acadêmico, atualmente, consiste fundamentalmente em três procedimentos básicos: Bibliografia, fontes e teoria. Isto é, quando um historiador se propõe a fazer uma pesquisa histórica, ele precisa primordialmente conhecer e dominar muito bem o que pesquisadores anteriores já produziram sobre o seu objeto (bibliografia), levantar um determinado número de fontes (documentos produzidos no período a ser estudado) e orientar-se por referenciais de determinada escola teórica. Cada ponto deste, porém, necessita de uma explicação mais detalhada, que segue.

Ao longo da História, várias foram as concepções do que é fazer História. Por hora, é preciso saber que, no século XIX, por exemplo, muitos pesquisadores entendiam que fazer uma pesquisa histórica era relacionar cronologicamente o nome de grandes líderes políticos e seus feitos heroicos. No século XX, porém, percebeu-se que reduzir a História a esse aspecto era problemático, porque deixava uma gama enorme de possibilidades excluídas. Muitos questionamentos foram então levantados. Um deles, por exemplo, foi sobre a noção do que é um documento histórico. Para os historiadores do século XIX, só serviriam como fontes os registros escritos oficiais. Até porque, se pensava que eles bastariam como provas. Bastava ao historiador encontrar um registro narrando determinado evento para comprovar que sua hipótese era verdadeira. A única preocupação do historiador era saber se aquele determinado documento era verdadeiro ou não. No século XX, porém, os historiadores perceberam que a noção de fontes primárias poderia ser ampliada consideravelmente. Os historiadores poderiam, por exemplo, considerar como testemunho do passado, qualquer registro, mesmo aqueles que não fossem oficiais. Também concluiu-se que um documento não seria menos importante se não fosse escrito, e sim baseado em outro material.

Também, ao longo do século XX, percebeu-se que relacionar cronologicamente uma série de líderes políticos e seus feitos era insuficiente para compreender a sociedade. Os historiadores perceberam que era necessário ir além da narrativa de eventos e levantar questões problematizadoras do que havia ocorrido no passado. Como levantar essas questões e como orientar uma pesquisa em busca de respostas? Esta, sem dúvida, era a preocupação principal da Teoria da História.

A teoria da História é uma discussão filosófica sobre o procedimento do historiador. É ela

quem oferece ao pesquisador os conceitos, as categorias e as noções, que ajudará o historiador a questionar suas fontes (levantando os problemas) e, conseqüentemente, encontrar as respostas para esses questionamentos. Conceitos, por sua vez, são pequenas definições agrupadas em torno de uma palavra bem conhecida dos pesquisadores de determinada área.

Por exemplo, quando um historiador da Idade Média fala de Heresia, ele está fazendo uso do conceito de Heresia, o que significa que outro historiador, ao ler a palavra Heresia, já saberá que se trata de grupos minoritários e sectários que, ao longo da Idade Média, questionavam o poder do papa. Quando a definição de um conceito começa a ficar maior e abarcar um maior número de campo de estudo, ele se torna uma categoria. Por exemplo, quando um historiador se propõe a fazer um estudo sobre gênero, ele está usando uma categoria. Como o conceito, o gênero ajuda a definir um determinado objeto por abarcar alguns pressupostos dentro de uma mesma palavra. No entanto, ao contrário do conceito, a categoria abarca uma maior quantidade de discussão interna, o que acaba por ampliar consideravelmente seu sentido. Isso também faz com que o consenso entre os pesquisadores diminua. Por exemplo, definir Heresia medieval é bem menos trabalhoso que definir gênero. Ao mesmo tempo, uma definição do que seja gênero terá mais discordância entre os pesquisadores do que uma definição do que seja conceito. Por isso que, sempre que um historiador vai fazer uma pesquisa, ele precisa definir seus conceitos e categorias em nota de rodapé logo no início. Para o leitor é preciso deixar claro o que o historiador está pensando quando seleciona as palavras que vai usar.

Quando uma definição fica ainda maior, ela não é comportada nem dentro de um conceito, nem dentro de uma categoria: Ela se torna uma noção. Um exemplo disso é quando o historiador usa a palavra Idade Média. O que ele quer dizer com isso? Ele faz referência a um período de tempo cronológico da História da Europa. Mas, quando esse período de tempo cronológico chamado Idade Média começou? Quando ele terminou? As pessoas que o vivenciaram tinham consciência de que estavam vivenciando isso ou é uma construção posterior? Ou então, quando um historiador usa a palavra cultura, o que ele chama de cultura? Há muitas definições disponíveis que abarcam um número enorme de objetos. Quando o leque de possibilidades de definições se abre quase que infinitamente, temos uma noção. Nesse caso, o historiador não poderá tentar definir em uma nota de rodapé porque só a sua definição seria suficiente para produzir outro trabalho.

A partir dessas definições, o historiador começa a se situar. Se ele escolhe pesquisar dentro da noção de cultura, por exemplo, ele fará uma pesquisa de História Cultural. Se ele escolhe pesquisar dentro da noção de política, ele fará uma pesquisa de História Política. Do que isso se trata? Pois bem, quando um historiador ou qualquer cientista da área de humanas se propõe a fazer uma pesquisa, a primeira coisa que ele faz é recortar um tema e o seu objeto de estudo. O problema é que abarcar o objeto de estudo em sua totalidade numa mesma pesquisa é impossível. Necessariamente o pesquisador faz um recorte de abordagem arbitrário para dar conta de seu objeto. Ele escolhe qual critério ele irá privilegiar. Assim, enquanto um medievalista se propõe a estudar uma determinada heresia privilegiando seu aspecto cultural, outro medievalista pode fazer o mesmo privilegiando seu aspecto político. Outro ainda poderá fazer o mesmo privilegiando seu aspecto econômico. Nesse ponto é muito importante explicar que isso se trata de privilegiar uma dimensão, e não de se deter a ela exclusivamente. Se um historiador focar exclusivamente no aspecto cultural e desprezar os demais, sua pesquisa necessariamente ficará problemática. Assim como um médico especialista em ortopedia precisa saber que uma dor na coluna pode ser causada por um problema nervoso, um historiador que privilegie a política na sua pesquisa precisa saber que um evento político pode ter como causa uma questão cultural. Com isso, entendemos porque os programas de pós-graduação levam o nome de História Cultural ou História Política. Trata-se, primordialmente, daquilo que os pesquisadores daquele programa privilegiarão como ponto de partida de suas pesquisas.

Depois que o historiador escolhe a noção com a qual pretende trabalhar, ele começa a definir suas categorias e conceitos. Digamos que um historiador vai trabalhar com heresia privilegiando o aspecto cultural. Ele escolheu a noção de cultura para guiar seu trabalho. Partirá então para a escolha da sua categoria. Esta poderá ser, por exemplo, a categoria de gênero. E ele irá focar seu olhar nas mulheres que faziam parte daquela heresia. Um historiador que escolha a noção de política também não pode fazer o mesmo com a categoria de gênero? Sim. Por isso que a formação do quadro teórico ajuda a definir as problematizações que o historiador irá levantar. Um historiador medievalista cultural que trabalhe com gênero estudará a heresia a partir da ação das mulheres em áreas culturais. Pode ser, por exemplo, a participação delas na religião ou como elas produziram ou consumiram determinado tipo de arte. Um historiador medievalista político que trabalhe com gênero observará a heresia a partir da

participação das mulheres no poder. Ele poderá, por exemplo, encontrar uma mulher que se tornou líder ou como um grupo de mulheres foi decisivo para manter ou tirar alguém do poder. No entanto, uma noção não pode desprezar a outra. Dentro de uma religião (cultura) há disputa de poder (política). Assim, uma mulher pode vivenciar determinada experiência cultural por uma imposição política. Um historiador, portanto, privilegia uma noção simplesmente para ter um ponto de partida e não para segmentar sua pesquisa. Mesmo privilegiando uma noção ele precisará, necessariamente, ver as articulações destas com as outras. Por isso que um historiador, para fazer uma pesquisa histórica satisfatória, precisa conhecer muito bem teoria da História.

Depois de definidas a noção e as categorias que permitirão o historiador começar sua pesquisa, ele escolherá os conceitos. Geralmente os conceitos foram trabalhados por autores com os quais o historiador irá dialogar. Se o historiador escolheu, por exemplo, a noção de cultura e a categoria de gênero, ele poderá escolher, por exemplo, os conceitos de práticas e representações, do historiador francês Roger Chartier. Se ele escolheu, por exemplo, a noção de política, e a categoria de gênero, ele poderá escolher, por exemplo, os conceitos de liderança e dominação do sociólogo alemão Max Weber. Todos eles, porém, são sempre dinâmicos e polivalentes, no sentido que um mesmo conceito pode ser trabalhado em diferentes noções dialogando com diferentes categorias. Um

conceito pode se tornar categoria e vice-versa, com muita naturalidade.

O MERCADO DE TRABALHO

Quando escolhe a formação o aluno opta pelo bacharel, pela licenciatura ou pelos dois. Antes de explicarmos esses termos é preciso trabalhar a noção da nossa formação escolar. O ensino formal no Brasil é, inicialmente, dividido em ensino fundamental e médio, que compõe o ensino básico, e o ensino superior, que se divide em graduação e pós-graduação. Uma graduação pode ser uma ciência pura ou uma ciência aplicada. A ideia, nesse caso, é que primeiro o cidadão aprende o conteúdo (ele aprende o conteúdo no ensino fundamental e depois aprofunda no ensino médio), depois, se fizer uma graduação em uma ciência pura, aprende como se forma o conteúdo (graduação) e depois se torna um pesquisador, onde ele cria conteúdos com suas pesquisas, que por sua vez serão estudadas pelos alunos do ensino básico. Assim, as ciências puras são aquelas que não aplicam seus resultados imediatamente, mas se tornam base para as ciências aplicadas. Por exemplo: A engenharia (ciência aplicada) é uma aplicação da matemática e da física, como a medicina e a enfermagem são aplicações da biologia, a farmácia uma aplicação da física, o direito e o jornalismo aplicações da história e assim em diante. Para organizar isso tudo, é comum também dividir essas formações em ciências humanas, exatas, biológicas e artes.

Quadro 2. Exemplos do caminho da formação acadêmica

Ciências Humanas		Ciências Exatas		Ciências Biológicas		Artes
Pura	Aplicada	Pura	Aplicada	Pura	Aplicada	
História	Direito	Matemática	Contabilidade	Biologia	Biomedicina	Literatura
Filosofia	Comunicação	Física	Engenharias		Medicina	Música
Teologia	Diplomacia	Química	Farmácia		Psicologia	Dança

Se o aluno fizer um curso de licenciatura, ele estará apto a ser um professor de História e, assim poderá ser contratado na rede particular ou então prestar um concurso para a rede pública. No caso da rede particular, cada instituição elabora seu critério de contratação e, na maioria das vezes, o profissional receberá pelo número de aulas dadas. Quando ele faz um concurso para a rede pública, ele provavelmente ingressará em um plano de carreira. No Brasil, os municípios devem privilegiar o ensino fundamental, enquanto os estados privilegiam o ensino médio e a União privilegia os ensinos técnicos e superiores. Assim, por exemplo, o maior número de vagas em concursos para professores do

Ensino Médio serão as secretarias estaduais de educação.

Caso o aluno seja egresso de um curso de bacharel em História, ele estará habilitado a ser um historiador. Ao contrário de outras áreas, como a medicina e a engenharia, o historiador não tem um conselho de classe que supervisiona o cumprimento da profissão, entre outros motivos, porque a profissão de historiador, legalmente, ainda não existe no Brasil. As oportunidades de emprego na área são muito restritas e, por isso, a maioria dos profissionais faz as duas formações em conjunto, isto é, o bacharel e a licenciatura. A principal área de atuação do historiador é no IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O egresso de uma graduação em História poderá, ainda, dar continuidade aos estudos, fazendo uma pós-graduação, que o habilitará a ser um profissional tanto pesquisador quanto professor universitário. A pós-graduação é dividida em *lato sensu* e *stricto sensu*. A pós-graduação *lato sensu* também é chamada de especialização e dura em

torno de um ano. O aluno torna-se especialista em um assunto. Já a *stricto sensu* divide-se em mestrado ou doutorado. Após o doutorado pode-se fazer um pós-doutorado, que também é chamado de livre-docência, já que o pesquisador fará uma pesquisa por conta própria, sem a orientação que recebe nos âmbitos anteriores.

Quadro 3. Estudo formal para a formação em História

Ensino Básico	Ensino Fundamental	Primeira Fase: Do primeiro ao quinto ano.	Aprende introdutoriamente conteúdos.
		Segunda Fase: Do sexto ao nono ano.	
	Ensino Médio	Comum: Do primeiro ao terceiro ano.	Solidifica o conteúdo aprendido no fundamental.
Ensino Superior	Graduação	Bacharelado	Aprende como são formados os conteúdos.
		Licenciatura	
	Pós-Graduação	Lato Sensu: Especialização	Produz os conteúdos que serão estudados no ensino fundamental e médio.
		Stricto Sensu: Mestrado, doutorado e pós-doutorado	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a História tem uma função social muito importante na sociedade, pois além de explicá-la, tenta corrigir eventuais equívocos e tenta evitar a repetição de erros. Isso não é uma tarefa fácil, apesar de, muitas vezes, ser uma tarefa prazerosa. O primeiro passo é matricular-se em um curso de graduação em História, escolhendo habilitar-se em exercer o ofício de historiador (bacharel) ou habilitar-se em lecionar História nas escolas (licenciatura). Ou, ainda, habilitar-se em ambos e até mesmo continuar a formação na pós-graduação. Quando mais habilitações o estudante obtiver maior será o leque de possibilidades profissionais que ele terá. No entanto, é preciso constatar que as possibilidades são predominantemente na área do magistério. Além da curiosidade bem humana de saber o que aconteceu no passado, espera-se que o candidato goste muito de ler, tenha disciplina para muitas vezes trabalhar de forma metódica e goste de dar aula. Estes três talvez sejam os principais indicadores que uma pessoa tem para saber se realmente é uma vocacionada à ciência do homem no tempo.

REFERÊNCIAS

- Aróstegui, J. (2006) *A pesquisa histórica: Teoria e método*. Bauru - SP: Edusc.
- Azevedo, I. B. (2002) *O prazer da produção científica*. São Paulo: Hagnos.

- Barros, J. D. (2004) *O campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes.
- Braudel, F. (1992) *Reflexões sobre a história*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cardoso, C. F e Vainfas, R. (1997) *Dominios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus.
- Certau, M. (2007) *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Chartier, R. (1990) *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL.
- Dosse, F. (2003) *A história*. Bauru: EDUSC.
- Eco, U. (2005) *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva.
- Guazelli, C. A. B. et al. (2000). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Ed. Universitária/ UFRGS.
- Le Goff, J e Nora P. (1989). *História: novos problemas, novos objetos, novas abordagens*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Mattoso, J. (1988) *A escrita da história: teoria e métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Wall, C. (2007) *Sobre pragmatismo*. São Paulo: Edições Loyola.